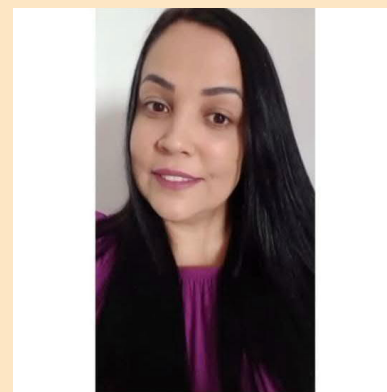


MULTICULTURALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

MULTICULTURALISM IN EARLY CHILDHOOD



KATIA KELLY GONÇALVES DE OLIVEIRA

Graduação em Pedagogia, pela Faculdade Sumaré, em 2017. Professora de Educação Infantil, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

Esse artigo pretende abordar reflexões a respeito da multiculturalidade na Primeira Infância. O corpo docente de qualquer instituição de Educação Infantil precisa pensar, organizar e planejar coletivamente práticas pedagógicas dinâmicas, voltadas às crianças de creches e pré-escolas. Essas práticas devem favorecer a participação ativa dos pequenos, permitindo que sejam protagonistas das atividades, explorando, experimentando e criando, sem depender da intervenção constante do professor. Por isso, é fundamental que a temática da diversidade cultural esteja sempre presente nas discussões da Educação Infantil. Quando esse debate é incorporado ao cotidiano escolar, os educadores contribuem para formar crianças com princípios sólidos, conscientes de sua história, respeitosas das diferenças e livres de preconceitos e discriminações. Dessa forma, desde cedo, a escola se torna um espaço que promove valores, amplia horizontes e prepara cidadãos capazes de conviver de maneira ética e sensível com a pluralidade que compõe a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil; Protagonistas; Valores.

SUMMARY

This article aims to address reflections on multiculturalism in Early Childhood. The teaching staff of any Early Childhood Education institution needs to collectively think, organize and plan dynamic pedagogical

practices, aimed at children in daycare centers and preschools. These practices should encourage the active participation of children, allowing them to be protagonists of activities, exploring, experimenting and creating, without depending on the teacher's constant intervention. Therefore, it is essential that the theme of cultural diversity is always present in discussions on Early Childhood Education. When this debate is incorporated into everyday school life, educators contribute to forming children with solid principles, aware of their history, respectful of differences and free from prejudice and discrimination. In this way, from an early age, school becomes a space that promotes values, broadens horizons and prepares citizens capable of living ethically and sensitively with the plurality that makes up Brazilian society.

Keywords: Early Childhood Education; Protagonists; Values.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a ideia de cultura passou a ser entendida como o conjunto de práticas, comportamentos, maneiras de se relacionar, valores, crenças, expressões artísticas e modos de convivência que diferentes grupos desenvolvem para se ajustar ao mundo em que vivem. Assim, a cultura integra nossa trajetória histórica como algo que se manifesta continuamente nas sociedades, sendo construída pelos povos ao longo de suas experiências, de suas formas de organização social e política, de suas relações com o ambiente e com outros grupos. É por meio dela que se produzem conhecimentos capazes de sustentar uma convivência respeitosa, sem abandonar as heranças das gerações anteriores, apenas aprimorando-as quando necessário.

A discussão sobre diversidade cultural ganhou grande visibilidade e hoje aparece nas redes sociais, na televisão, em políticas públicas, nas escolas, nas instituições religiosas e dentro das famílias. Mesmo assim, ainda enfrentamos dificuldades para lidar com essa pluralidade. A sociedade não encontrou um equilíbrio para acolher e respeitar as transformações do mundo atual — seja na maneira de falar, de se comportar, de se vestir, nas preferências musicais ou nas expressões corporais — o que acaba alimentando atitudes preconceituosas tanto no ambiente escolar quanto na vida social.

Refletir sobre essa realidade exige observar também o que ocorre dentro das escolas, pois é nas salas de aula que diferentes histórias e culturas se encontram. Por isso, torna-se essencial discutir como essas diferenças são reconhecidas no cotidiano escolar, permitindo que as crianças compreendam melhor sua própria identidade cultural. Nesse cenário, é importante analisar como os professores da Educação Infantil percebem e trabalham as questões relacionadas à diversidade cultural com crianças de 0 a 6 anos. Essa compreensão contribui para que a escola seja um espaço onde cada criança possa se reconhecer, entender suas origens e perceber as mudanças culturais que a cercam, considerando suas formas de pensar, agir, sentir e se expressar.

As instituições educativas desempenham papel decisivo na formação individual e coletiva dessas crianças, especialmente no fortalecimento de suas identidades e no reconhecimento de suas raízes culturais — tanto as tradições herdadas quanto as transformações que surgem com o tempo. Os

profissionais da Educação Infantil precisam buscar caminhos que favoreçam a formação de indivíduos críticos, participativos, solidários e conscientes de seus direitos e responsabilidades. Uma das bases desse processo é a criação de experiências lúdicas e estéticas que alimentem o cotidiano das crianças e ofereçam espaços onde diferentes culturas possam ser valorizadas e ampliadas.

É fundamental que os educadores ajudem as crianças a perceber que as formas de vida de suas famílias — pescadores, lavadeiras, agricultores, criadores de animais, entre outras — representam um patrimônio cultural que preserva valores, saberes e modos de expressão. Reconhecer essas raízes fortalece o sentimento de pertencimento e o orgulho de integrar suas comunidades.

Somos, portanto, resultado da convergência de múltiplas tradições que permanecem vivas entre nós. Essa variedade cultural molda nossa imaginação, nosso modo de existir e até mesmo nossa riqueza social. Por isso, a diversidade cultural tornou-se também uma política de afirmação e proteção dos direitos culturais de todos os povos.

A IDEIA DE INFÂNCIA

A ideia de infância não surgiu pronta; ela foi sendo moldada ao longo da história. Embora sempre tenham existido crianças, nem sempre se reconheceu a infância como uma etapa específica da vida. As transformações sociais fizeram com que esse período ganhasse relevância, e as necessidades infantis passaram a ser vistas como fundamentais para um desenvolvimento saudável.

Com o passar dos séculos, diferentes visões sobre a infância foram aparecendo. Em épocas anteriores, a criança era tratada como um adulto reduzido, sem distinções significativas no modo de viver ou de ser educada. A responsabilidade por seu cuidado recaía quase exclusivamente sobre a família, especialmente sobre a mãe. Mesmo assim, já existiam instituições destinadas a acolher crianças em situações de vulnerabilidade.

O reconhecimento da infância como fase própria começou a se delinear por volta do século XIII, e sua evolução pode ser observada nas representações artísticas dos séculos XV e XVI. A partir do final do século XVI e ao longo do XVII, os sinais dessa mudança tornaram-se mais evidentes (Ariès, 1981, p. 76).

A partir desse momento, a criança passou a ocupar um espaço essencial na vida familiar e social, sendo vista como alguém que necessita de atenção diferenciada.

Nos séculos XV e XVI, surgiram propostas educativas que buscavam responder aos desafios da sociedade europeia em transformação. Essas iniciativas deram origem a novas concepções sobre a criança e sobre os modos adequados de educá-la. Assim, a educação infantil passou a ser entendida como um processo que deve respeitar as necessidades intelectuais, físicas e emocionais das crianças, evitando práticas inadequadas ou desrespeitosas nessa etapa inicial da vida. O foco da educação infantil tornou-se, então, a criação de interações significativas em diferentes contextos sociais e educativos.

Com isso, as instituições destinadas às crianças começaram a assumir uma função de compensação das carências infantis. Kramer destaca que, no século XIX, a pré-escola passou a ser associada mais à educação do que à assistência. Surgiram os jardins de infância de Froebel na

Alemanha, de Montessori na Itália e de Reabodif nos Estados Unidos, todos com o objetivo de suprir deficiências relacionadas à pobreza e à negligência familiar. Dessa forma, percebe-se que as origens da educação pré-escolar se entrelaçam com a história da educação compensatória, amplamente difundida nas últimas décadas.

Portanto, a formação da Educação Infantil foi marcada por mudanças profundas na maneira de compreender a criança. O sentimento moderno de infância nasceu da preocupação crescente em proteger os pequenos das influências negativas do meio, garantindo-lhes um espaço de cuidado, aprendizagem e desenvolvimento.

A trajetória da Educação Infantil no Brasil é relativamente recente. Sua consolidação começou entre os séculos XVI e XVII, quando o país passou a demandar formação mais estruturada para preparar trabalhadores diante do avanço da industrialização. Nesse período, surgiram mudanças significativas nas políticas sociais, especialmente na área educacional, que passou a garantir o ensino básico obrigatório e gratuito.

Somente com a Constituição de 1988 a Educação Infantil foi reconhecida, pela primeira vez, como um direito específico da criança. A pré-escola deixou de ser vista como um serviço opcional e passou a ser compreendida como um direito universal, além de constituir responsabilidade do Estado. A partir desse marco, creches e pré-escolas foram incorporadas ao sistema educacional, com uma proposta pedagógica que buscava complementar o papel da família, abandonando o caráter puramente assistencialista que predominava anteriormente.

Com o tempo, novas formas de atendimento foram pensadas para acolher crianças que, muitas vezes, eram exploradas ou deixadas sem cuidados adequados. A criação de espaços destinados a essas crianças tornou-se urgente.

Segundo Kramer, as primeiras creches surgiram com forte caráter assistencial, buscando afastar crianças pobres do trabalho servil imposto pelo capitalismo nascente. Além disso, funcionavam como locais de proteção para órfãos e filhos de trabalhadores. Nesse contexto, a pré-escola tinha como função principal garantir a guarda das crianças (KRAMER, 1987, p. 23).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) definiu que instituições destinadas a crianças de 0 a 3 anos são chamadas de Creches, enquanto aquelas que atendem crianças de 4 e 5 anos são denominadas Pré-escolas. Assim, a LDB estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, reafirmando seu caráter educativo e seu papel fundamental na formação integral da criança.

O artigo 29 define a Educação Infantil como a etapa inicial da Educação Básica, destinada ao desenvolvimento integral das crianças até cinco anos de idade. Esse desenvolvimento abrange dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais, sempre em articulação com o papel da família e da comunidade. Já o artigo 30 estabelece que esse atendimento deve ocorrer em creches para crianças de até três anos e em pré-escolas para aquelas entre quatro e cinco anos. O artigo 31 determina que a avaliação nessa etapa deve ocorrer por meio de registros contínuos do desenvolvimento infantil, sem caráter de promoção ou reprovação, inclusive para o ingresso no Ensino Fundamental.

Diante disso, é essencial reconhecer que a Educação Infantil possui uma função pedagógica decisiva para a formação cidadã. A escola, em parceria com a família, deve promover experiências que permitam à criança compreender o ambiente social em que vive, fortalecendo sua participação futura como sujeito ativo, consciente de seus direitos e responsabilidades.

No contexto escolar, a Educação Infantil parte do princípio de que cada criança está inserida em um ambiente social específico. Por isso, sua história de vida, classe social, cultura e identidade étnica devem ser consideradas no processo educativo. Sendo essa a primeira vivência escolar da criança, é fundamental que o trabalho pedagógico esteja voltado ao seu desenvolvimento integral.

Nas últimas décadas, o atendimento às crianças de zero a seis anos no Brasil passou por mudanças profundas. Esses avanços foram impulsionados tanto por movimentos sociais quanto pela Constituição Federal de 1988, que reconheceu a criança como cidadã e titular de direitos. A partir desse marco, a Educação Infantil foi incorporada ao sistema regular de ensino, e as instituições — públicas ou privadas — tornaram-se responsáveis, junto às famílias, por promover o desenvolvimento das crianças, ampliando suas vivências, conhecimentos e garantindo espaços adequados para seu crescimento físico, afetivo, cognitivo e psicomotor.

Com isso, creches e pré-escolas passaram a ser legalmente reconhecidas como direito da criança e obrigação do Estado (art. 208, inciso IV). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) consolidou a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Essa legislação retirou das creches o caráter exclusivamente assistencial, atribuindo-lhes funções educativas semelhantes às das pré-escolas. As instituições passaram a ser organizadas por faixas etárias: creches para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. A partir desse momento, ambas passaram a ter a responsabilidade de cuidar e educar.

Essas mudanças permitiram maior flexibilidade na organização das práticas pedagógicas, possibilitando diferentes formas de atendimento que respeitem as necessidades das crianças. A Educação Infantil, conforme o artigo 29 da LDB, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos, complementando o papel da família e da comunidade.

Dessa forma, cabe à escola fortalecer o processo de formação infantil, ampliando conhecimentos e experiências que favoreçam um desenvolvimento equilibrado em todas as dimensões da criança, garantindo que ela cresça de forma plena e integrada.

A ARTICULAÇÃO ENTRE O CUIDAR E O BRINCAR

A Educação Infantil, entendida a partir da articulação entre cuidar e educar, exige atenção às especificidades das crianças nos primeiros anos de vida. Antes mesmo de ingressarem na escolarização formal, é necessário pensar em objetivos que contemplem tanto o cuidado quanto a dimensão educativa. Essa etapa tem como compromisso assegurar os direitos das crianças, promover seu bem-estar e favorecer a construção de conhecimentos, reconhecendo que sua função vai muito além da transmissão de conteúdos. Ela envolve a formação ética, o desenvolvimento pessoal, a capacidade de lidar com

diferentes situações, o respeito às diferenças e a construção de uma base sólida para que a criança se torne um adulto consciente de seus direitos e deveres.

Ao chegar à escola, a criança precisa ser acolhida com afeto e respeito, pois é essa recepção que lhe permite sentir-se segura, curiosa e motivada a aprender. Nas instituições que atendem crianças de até seis anos, as relações sociais, culturais e familiares exercem influência ainda maior sobre o trabalho pedagógico. Por isso, o professor da Educação Infantil deve possuir uma formação específica, capaz de favorecer a autonomia infantil e de compreender os modos próprios de cada criança se relacionar, agir, sentir, pensar e construir seus conhecimentos.

A educação desempenha um papel transformador na vida humana e na sociedade, e a Educação Infantil é o ponto de partida desse processo. É nesse nível de ensino que a criança estabelece seus primeiros vínculos com o saber sistematizado e vivencia experiências fundamentais para seu desenvolvimento integral. Assim, a EI deve ser orientada por uma perspectiva educativa que promova o crescimento global da criança.

É essencial que os profissionais reflitam sobre a forma como enxergam a criança. A imagem construída pelo professor deve ser a de um sujeito criativo, participativo, com potencialidades, direitos e responsabilidades. A criança deve ser vista como alguém que merece ser escutada, que pensa, que age, que tem desejos próprios e que deve ser reconhecida como um ser histórico (MOOS, 2002).

Considerando a diversidade presente entre as crianças, é necessário compreender que:

O desenvolvimento não ocorre de maneira automática, mas resulta da interação constante entre a criança e o adulto. Por isso, a escola infantil deve organizar situações de aprendizagem que possibilitem a construção de habilidades, atitudes, estratégias e conceitos, favorecendo o avanço das capacidades envolvidas nesse processo (BASSEDAS et al., 1999).

A criança é um ser social, dotado de capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Ela precisa interagir com pessoas que ampliem suas experiências e relações. Dessa forma, o professor deve reconhecer e valorizar as diferenças existentes entre as crianças, garantindo que todas sejam beneficiadas em seu desenvolvimento e na construção de seus conhecimentos (KRAMER, 1993).

O processo educativo da criança começa no ambiente familiar, onde ela constrói seus primeiros valores, modos de agir e formas de compreender o mundo.

Ao ingressar na escola, traz consigo esse repertório inicial, que deve ser ampliado e ressignificado por meio de novas experiências. Cabe à instituição escolar dar continuidade a esse percurso, oferecendo oportunidades para que a criança elabore e reelabore seus conhecimentos, fortalecendo sua participação na comunidade em que vive. Para que isso aconteça, o professor precisa trabalhar valores essenciais desde a Educação Infantil, pois essa etapa representa o alicerce para o desenvolvimento das competências e habilidades que acompanharão o indivíduo ao longo da vida (SILVESTRE, 2005, p.38).

As instituições de Educação Infantil devem garantir um ambiente acolhedor e estimulante, no qual o brincar seja reconhecido como forma privilegiada de aprendizagem. Nesse período, a criança está em pleno desenvolvimento físico e emocional, e por isso precisa ser vista em sua totalidade, integrando as dimensões do cuidar e do educar — funções inseparáveis nessa etapa. A EI atende crianças muito pequenas, que necessitam de práticas de cuidado semelhantes às vivenciadas no ambiente familiar. No

entanto, observa-se que muitas vezes o ato de educar é supervalorizado, como se sua função se limitasse ao ensino de conteúdos curriculares. Essa separação entre educar e cuidar acaba criando uma hierarquia: professoras assumem o papel de educar “a mente”, enquanto auxiliares ficam responsáveis por cuidar “do corpo” (TIRIBA, 2005).

Didonet (2003, p.49) reforça que:

Não existe ensino na creche desvinculado dos gestos de cuidado. Todo conhecimento, hábito ou prática educativa passa pela atenção afetiva, pela disponibilidade e pela promoção da autonomia da criança. Assim, os autores destacam que a formação docente na Educação Infantil deve estar articulada à educação como um todo, e que o educador precisa buscar formação contínua para aprimorar sua atuação e contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento intelectual das crianças.

Nessa perspectiva, o cuidado é tão essencial quanto a educação, pois quem cuida educa, e quem educa cuida — ambas as dimensões são inseparáveis na prática docente (ASSIS, 2008).

Entretanto, esse binômio cuidar–educar ainda gera desafios. Muitas vezes o professor não está preparado para assumir plenamente ambas as funções, e as exigências feitas pela coordenação pedagógica nem sempre respeitam as especificidades da infância. Em alguns casos, a escola tenta justificar que o atendimento não é apenas assistencial, mas acaba impondo práticas que antecipam de forma inadequada a preparação para o Ensino Fundamental, desconsiderando as necessidades reais das crianças pequenas.

Kramer (2006) afirma que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são etapas interligadas, pois envolvem conhecimentos, afetos, valores, cuidados, seriedade e alegria. As crianças aprendem nas práticas que vivenciam e gostam de aprender quando têm liberdade para explorar e construir saberes. Por isso, não se trata de aplicar qualquer método, mas de adotar um olhar sensível e atento à criança, reconhecendo-a como sujeito de cultura, história e vida social. Para que isso se concretize, é necessário investir em propostas pedagógicas que fortaleçam a formação inicial dos educadores, considerando a especificidade de sua atuação.

Dessa forma, o profissional da Educação Infantil precisa estar preparado para desenvolver uma prática que integre, de maneira inseparável, o cuidado e a ação educativa. Não é possível educar sem cuidar, assim como não se pode cuidar sem promover aprendizagens significativas. Por isso, torna-se inadmissível que pessoas sem formação adequada assumam essa função tão delicada. A qualificação dos educadores é, portanto, um elemento central quando se busca garantir um atendimento de qualidade às crianças pequenas.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA

No início da vida, a criança conhece apenas seu núcleo familiar — primeiro ela mesma, depois a mãe, o pai e o espaço que aprende a reconhecer como lar. Com o tempo, surge a escola, trazendo professores, colegas e novas experiências. É nesse processo que a criança descobre que o mundo é

muito mais amplo do que imaginava e que nele convivem pessoas diversas: indivíduos que falam de maneiras diferentes, usam roupas distintas, possuem outras cores de pele e expressam hábitos variados.

Apesar disso, vivemos em uma sociedade onde ainda persiste a tendência de considerar certas diferenças como estranhas ou inadequadas, tanto entre alunos quanto entre professores. Por isso, apresentar essa multiplicidade desde cedo é essencial para estimular o respeito, a convivência e a valorização das diferenças. A escola é o espaço privilegiado para isso, pois é ali que a criança estabelece seus primeiros contatos com novas pessoas, costumes, linguagens e histórias que talvez não façam parte de seu cotidiano familiar.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 32), “cabe ao educador mostrar às crianças que todos pertencem a diferentes grupos sociais e que cada pessoa possui modos de vida singulares”. Nessa fase, os pequenos começam a sair do universo restrito de si mesmos, e é fundamental que percebam que estão cercados por outras pessoas, mesmo que ainda não compreendam toda a complexidade do mundo. Ao se depararem com novas formas de ser e viver, as crianças passam a reconstruir gradualmente sua visão da realidade, tornando-se mais capazes de aceitar e compreender a diversidade cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa um marco decisivo para a compreensão da Educação Infantil, pois a reconhece como a primeira etapa da Educação Básica, destinada ao desenvolvimento integral das crianças até seis anos, abrangendo dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais, sempre em articulação com a família e a comunidade (Seção II, Art. 29).

A partir dessa concepção, entende-se que a escola exerce papel essencial na construção da identidade e da autonomia das crianças — especialmente na creche, que atende a faixa etária de zero a três anos. O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) define identidade como o conjunto de características que distinguem cada pessoa: nome, traços físicos, modos de agir, formas de pensar e história de vida.

Assim, todos os integrantes da comunidade escolar — professores, auxiliares, gestores e demais profissionais — participam ativamente desse processo. Cada um contribui para que a criança reconheça suas particularidades, desde que se evitem comparações inadequadas, estereótipos e expectativas baseadas em padrões de homogeneidade. Não há duas crianças iguais, e de pouco adianta elaborar projetos sobre identidade se, na prática, o ritmo individual não é respeitado.

O papel da escola é criar situações que permitam às crianças descobrir suas singularidades e interagir com colegas de diferentes idades, cores, culturas e origens. Em uma sociedade que frequentemente incentiva comportamentos individualistas e competitivos, a instituição escolar deve propor desafios que estimulem a cooperação, a empatia e a responsabilidade com o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao viver em sociedade, recebemos e transmitimos aquilo que as gerações anteriores construíram. Esses conhecimentos, valores e modos de vida garantem que a cultura se mantenha viva ao longo do tempo. A cultura, portanto, é uma experiência compartilhada por todos os seres humanos, ainda que cada grupo social desenvolva suas próprias formas de expressão, influenciadas por seus interesses, medos, desejos e necessidades. Assim, embora seja um patrimônio comum, a cultura também nos diferencia, tornando nossa sociedade múltipla e diversa.

O Brasil é um exemplo marcante dessa riqueza cultural. A mistura de povos — indígenas, africanos, europeus, italianos, japoneses, alemães e tantos outros — formou um mosaico de tradições, cores, sabores, festas, vestimentas e práticas regionais. Essa pluralidade se espalha por todo o território, fazendo do país um espaço de enorme diversidade cultural.

Atualmente, discute-se muito sobre cultura, e cresce a demanda por atividades culturais na Educação Infantil. É importante lembrar que cultura não se limita a objetos materiais; ela está presente em tudo o que criamos, nas formas como convivemos, nos modos como organizamos nossas relações e nas práticas que moldam nossa vida social.

A pluralidade cultural é formada por diferentes etnias, religiões, costumes e modos de viver. Cada grupo possui suas particularidades, e essa diversidade marca profundamente a vida social brasileira. A escola é um dos espaços onde essa multiplicidade se manifesta com mais intensidade. Por isso, discutir pluralidade cultural a partir das diferenças presentes entre os próprios alunos é uma forma de aproximar o tema da realidade do país.

Considerando que a sociedade brasileira é composta por diversos grupos culturais, trabalhar a pluralidade na Educação Infantil tem como objetivo ajudar as crianças, desde o início de sua formação escolar, a reconhecer e respeitar os diferentes povos que compõem o Brasil. Essa abordagem transforma a diversidade em fonte de aprendizado e enriquecimento cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philippe: **História Social da Criança e da Família**, Tradução: Dora Flaksman Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética**. V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética**. V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96)**, São Paulo: Avercamp, 2003.

- GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. Série Pesquisa em Educação, v. 1.____. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. Cadernos de Pesquisa, n. 44, p. 3-17, fev. 1983.
- GIL. A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KRAMER. S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achime, 1995.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.
- MARÍN, J. **Globalización, diversidad cultural y practica educativa**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: Champagnat. v. 4, n. 8, p. 11-32, jan./abr. 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- SANTOS, Santa Marli Pires do (org.). **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 - 2a edição.
- SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador. EDUFBA, 2001.
- SILVESTRE, Daniela Donini. **Manual para Cuidadores de Crianças em creches, berçários, maternais e pré-escolas: Fundamentos para a qualidade em saúde, segurança, higiene e educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.